

Mais de uma centena de sindicalistas assassinados em todo o mundo em 2005

A repressão sobre a actividade sindical custou no ano passado a vida a 115 pessoas em todo o mundo e atinge de forma crescente as mulheres e os trabalhadores migrantes. Os dados constam do relatório anual da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL), no qual esta organização denuncia ainda a ocorrência de 1600 agressões violentas, nove mil detenções, o despedimento de dez mil trabalhadores e 1700 condenações a pena de prisão em consequência da actividade sindical.

Apesar de constituir um quadro menos negro relativamente a 2004, no qual morreram assassinados 145 sindicalistas, o secretário-geral da CISL, Guy Ryder, lamenta os actos de violência contra trabalhadores que se limitam a defender o direito a um salário justo, a horários aceitáveis e a condições de trabalho seguras e refere-se às "tendências preocupantes" que envolvem a actividade sindical por parte das mulheres.

Segundo este responsável, tanto no ensino público como na área da saúde, sectores que empregam um grande número de mulheres, foram registados em 2005 retrocessos nos direitos de organização, negociação colectiva e convocação de greve, em particular no Canadá.

As mulheres são particularmente vítimas da desregulamentação de direitos nas chamadas Zonas Francas de Exportação (ZFE), nas quais representam aproximadamente 90 por cento dos 42 milhões de assalariados empregues nas mais de três mil instalações deste tipo espalhadas pelo mundo, onde os direitos do trabalho são escassos ou inexistentes, explica Kurt Vannieuwenhuysse, director do departamento de direitos laborais da CISL.

Uma larga percentagem da criação de emprego nos países em desenvolvimento, lembra este responsável, tem como base estas zonas económicas especiais, nomeadamente na Ásia e América Latina, sendo desde o início da década de 70 o alvo preferencial do investimento estrangeiro, atraído por regimes fiscais vantajosos e um quadro de direitos laborais favorável.

Os empregadores preferem as mulheres, confiantes de que elas serão mais disciplinadas, mais fáceis de manobrar e facilmente despedidas quando ficam grávidas, citando em particular os casos das indústrias têxteis e metalúrgicas da China, do México e da República Dominicana. Na Ásia, nomeadamente no Bangladesh, na Índia, no Paquistão, nas Filipinas e no Sri Lanka, as mulheres são confrontadas com situações de proibição da actividade sindical por parte dos empregadores, muitas vezes com a cumplicidade dos próprios governos.

A repressão sobre a actividade sindical desenvolvida por mulheres traduz-se também em violência directa sobre as mesmas, consequência do crescente desempenho de papéis de relevo no seio de organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores. É o caso, entre muitos outros, da Colômbia, considerado como o país mais perigoso para a actividade sindical, onde as mulheres são vítimas da violência governamental, dos traficantes e das milícias paramilitares. Dos setenta sindicalistas mortos no passado neste país, quinze eram mulheres.

Na União Europeia, a CISL refere a ingerência e o controlo sobre a actividade sindical na Polónia e denuncia a intransigência do governo alemão em levantar a proibição das greves no sector público. No entanto, segundo esta organização, a repressão anti-sindical atinge um nível preocupante na Bielorrússia, onde o governo de Lukashenko mantém um alto grau de ingerência nos assuntos dos sindicatos independentes.

Entre as multinacionais, uma das mais notoriamente anti-sindical é a americana Wal-Mart, que, segundo a CISL, "exportou as suas práticas para o Canadá". Nos Estados Unidos, o governo Bush é acusado de continuar a atentar contra a liberdade sindical, contribuindo para reforçar uma campanha organizada com o objectivo de destruir os sindicatos.